

**Branca Moreira Alves
Jacqueline Pitanguy**

O que é FEMINISMO

Histórico do movimento feminista:
a situação da mulher na sociedade
antiga, medieval e moderna.

O feminismo enquanto movimento
político: as primeiras líderes.

O movimento sufragista. A luta
pelo voto feminino no Brasil.

Frentes de combate do feminismo
atual: sexualidade e violência,
saúde, ideologia, formação
profissional e mercado de trabalho.

O feminismo no Brasil de hoje.

CAPA: FOTO DE JORGE BUTSUEM

**Branca Moreira Alves
Jacqueline Pitanguy**

O que é FEMINISMO



Branca M. Alves/J. Pitanguy • O que é FEMINISMO

ÍNDICE

*Agradecemos à companheira Leila Linhares Barsted
as críticas e sugestões,
além do apoio amigo que recebemos dela
e de todo o Grupo Ceres para este trabalho,
que é fruto também de nossas reflexões
sobre o movimento feminista e sobre nós mesmas.*

INTRODUÇÃO

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

O feminismo ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, rompendo seu silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais, se organizam em torno de sua especificidade e se completam na busca da superação das desigualdades sociais. Esta complementação não implica em uma fusão de tais movimentos, que mantêm

a sua autonomia e suas formas próprias de organização. Entretanto, não são movimentos desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas. Existem, nesse sentido, conexões significativas entre tais movimentos, que se somam na busca de uma nova sociedade.

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, "objetiva". Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública.

Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contém também um componente de poder e de hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hetero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim

como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um "monopólio da verdade", mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres.

Isto não significa que o feminismo não tenha uma organização. Esta se manifesta nos grupos feministas que se mobilizam em torno da promoção de cursos, debates, pesquisas, campanhas, na formação de centros, editoras, clínicas de saúde, SOS, Casas da Mulher, manifestações culturais e as múltiplas outras formas de expressão e prática do movimento. Entretanto, o feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" ou "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas

mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. . .

Para a realização desta proposta não existem respostas prontas, acabadas. Estas se constroem na reflexão e na prática deste movimento recente e vivo, cujos rumos se orientam a partir da experiência coletiva que se acumula a cada momento.

Neste trabalho procurou-se, em simples pinceladas, recuperar a presença da mulher na história, traçando-se um esboço de sua condição e de suas lutas, pouco estudadas pelas ciências sociais. De fato, a mulher tem sido uma parte silenciosa da memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos. Neste esboço, à procura de um passado silenciado, abordou-se a condição da mulher na Grécia e em Roma, na Gália e na Germânia, na Idade Média e no Renascimento. Buscou-se também registrar as primeiras vozes femininas de insurreição, assim como o sufragismo e as formas contemporâneas de organização do feminismo, suas reivindicações e seus objetivos.

HERANÇA DO SILÊNCIO

"Que as mulheres aprendam no silêncio a sua sujeição . . . "

São Paulo Apóstolo

Na Grécia a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem esta realidade: "Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho".

Tendo como função primordial a reprodução da espécie humana, a mulher não só gerava, amamentava e criava os filhos, como produzia

tudo aquilo que era diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação. Exercia também trabalhos pesados como a extração de minerais e o trabalho agrícola.

A essa divisão concreta de atividades correspondiam valorações diversas. O "fora de casa", onde se desenvolviam as atividades consideradas mais nobres — filosofia, política e artes — era o campo masculino.

Ao afirmar que "os Deuses" criaram a mulher para as funções domésticas, o homem para todas as outras" Xenofonte, no século IV A.C., exprimia um tipo de argumentação naturalista que ainda hoje demarca espaços para os sexos.

Por outro lado, o mesmo Xenofonte, tratando da educação da mulher, revela o quanto é social e coercitivo o aprendizado destas funções "naturais":

"... que viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível".

Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega. Exceção feita das *hetairas*, cortesãs cujo cultivo das artes tinha como objetivo torná-las agradáveis companheiras dos homens em seus momentos de lazer, a mulher grega não tinha acesso à educação intelectual. O único registro



histórico de um centro para a formação intelectual da mulher foi a escola fundada por Safo, poetisa nascida em Lesbos no ano de 625 A.C. Os fragmentos conhecidos de poemas seus, cantando os deuses e o amor, justificam colocá-la entre os grandes nomes da literatura da Grécia antiga.

No que se refere à civilização romana, seu código legal, por sua vez, legitima, com a instituição jurídica do *paterfamilias*, a quem era atribuído todo o poder sobre mulher, filhos, servos, escravos, a discriminação da mulher. Entretanto, os discursos com que diferentes culturas têm procurado assegurar a sujeição da mulher, revelam, ao mesmo tempo, a dimensão de sua resistência.

Assim, no ano 195 D.C., mulheres dirigiam-se ao Senado Romano protestando contra a sua exclusão do uso dos transportes públicos — privilégio masculino — e a obrigatoriedade de se locomoverem a pé. Diante deste protesto assim se manifestou o senador Marco Pórcio Catão:

“Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranqüilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas

suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los”.

Estas palavras expressam com clareza a relação de poder entre os sexos. Não é de complementaridade e sim de domínio e submissão, de coerção e resistência, que Catão fala. O Direito aparece, assim, nitidamente, como um instrumento de perpetuação desta assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher romana.

Desmistificando a idéia de que a sujeição da mulher seja um destino irrevogável, a-histórico e universal, levanta-se a experiência da relação entre os sexos existente na Gália e na Germânia. Eram estas sociedades tribais, cujo regime comunitário designava às mulheres um espaço de atuação semelhante ao dos homens. Conjuntamente, faziam a guerra, participavam dos Conselhos Tribais, ocupavam-se da agricultura e do gado, construam suas casas. As mulheres funcionavam, também, como juízas, inclusive de homens. Os cronistas romanos, como Tácito e Estrabão, registram com surpresa a posição da mulher nessas sociedades. Da mesma forma, os cronistas europeus do século XVI, chegando à América, se surpreendem com a relevância da posição da mulher entre os Iroqueses e Hurons. Nestas sociedades de caçadores e coletores não havia uma divisão estrita entre economia doméstica e economia social. Inexistia o controle de um sexo sobre o outro na realização de tarefas ou nas

tomadas de decisões. As mulheres participavam ativamente das discussões em que estavam em jogo os interesses da comunidade.

Durante os primeiros séculos da Idade Média, enquanto não haviam sido reintroduzidos os princípios da Legislação Romana — o que ocorre do século XIII em diante — as mulheres gozavam de alguns direitos, garantidos pela lei e pelos costumes. Assim, quase todas as profissões eram-lhes acessíveis, bem como o direito de propriedade e de sucessão. No que se refere à atuação política, há exemplos de mulheres da burguesia participando de assembleias, com direito a voto. Em Bigorre (França), desde o século XI, existiu o sufrágio universal, e as mulheres, quando proprietárias, participavam das discussões dos contratos da comunidade.

Estudos demográficos revelam que havia na Idade Média uma disparidade na distribuição da população por sexo, com predominância do contingente feminino adulto. De fato, envolvidos em constantes guerras e longas viagens, ou recolhidos à vida monástica, era freqüente o afastamento dos homens. Em sua ausência, as mulheres assumiam os negócios da família, sendo-lhes portanto necessário entender de contabilidade e legislação, para efetuar com eficiência as transações comerciais e defender-se em juízo. Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extradoméstica esteve sempre ligada ao

afastamento do homem por motivo de guerras. Tal fato se repetiu inclusive nas duas grandes guerras mundiais deste século, quando a mulher participou expressivamente na força de trabalho.

Na Idade Média, a mulher participou também das corporações de ofícios, atuando como aprendiz e, excepcionalmente, por morte do marido, como mestre. O acesso às corporações significou também a possibilidade de receber instrução profissional, direito que ela viria a perder nos séculos posteriores e que seria uma de suas bandeiras de luta. A ascensão da mulher ao cargo de mestre sofria, no entanto, restrições. Assim, ela só poderia ocupá-lo, quando viúva, pelo período de um ano, em alguns burgos, ou, em outros, enquanto não mantivesse relações sexuais com outro homem.

Há registros de mulheres exercendo tarefas ditas masculinas, como a serralheria e a carpintaria, apesar de que se concentravam sobretudo nas profissões "femininas" como a tecelagem, a costura, os bordados. Participavam do comércio, ao lado de seus maridos e, freqüentemente, permaneciam como comerciantes após a sua morte. Por outro lado, a indústria doméstica — ligada principalmente à produção de alimentos e à tecelagem —, dominada pelas mulheres, era muitas vezes sua principal fonte de renda ou uma complementação necessária do orçamento familiar. Podendo, também, exercer o direito de sucessão, não era incomum uma

tomadas de decisões. As mulheres participavam ativamente das discussões em que estavam em jogo os interesses da comunidade.

Durante os primeiros séculos da Idade Média, enquanto não haviam sido reintroduzidos os princípios da Legislação Romana — o que ocorre do século XIII em diante — as mulheres gozavam de alguns direitos, garantidos pela lei e pelos costumes. Assim, quase todas as profissões eram-lhes acessíveis, bem como o direito de propriedade e de sucessão. No que se refere à atuação política, há exemplos de mulheres da burguesia participando de assembléias, com direito a voto. Em Bigorre (França), desde o século XI, existiu o sufrágio universal, e as mulheres, quando proprietárias, participavam das discussões dos contratos da comunidade.

Estudos demográficos revelam que havia na Idade Média uma disparidade na distribuição da população por sexo, com predominância do contingente feminino adulto. De fato, envolvidos em constantes guerras e longas viagens, ou recolhidos à vida monástica, era freqüente o afastamento dos homens. Em sua ausência, as mulheres assumiam os negócios da família, sendo-lhes portanto necessário entender de contabilidade e legislação, para efetuar com eficiência as transações comerciais e defender-se em juízo. Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extradoméstica esteve sempre ligada ao

afastamento do homem por motivo de guerras. Tal fato se repetiu inclusive nas duas grandes guerras mundiais deste século, quando a mulher participou expressivamente na força de trabalho.

Na Idade Média, a mulher participou também das corporações de ofícios, atuando como aprendiz e, excepcionalmente, por morte do marido, como mestre. O acesso às corporações significou também a possibilidade de receber instrução profissional, direito que ela viria a perder nos séculos posteriores e que seria uma de suas bandeiras de luta. A ascensão da mulher ao cargo de mestre sofria, no entanto, restrições. Assim, ela só poderia ocupá-lo, quando viúva, pelo período de um ano, em alguns burgos, ou, em outros, enquanto não mantivesse relações sexuais com outro homem.

Há registros de mulheres exercendo tarefas ditas masculinas, como a serralheria e a carpintaria, apesar de que se concentravam sobretudo nas profissões "femininas" como a tecelagem, a costura, os bordados. Participavam do comércio, ao lado de seus maridos e, freqüentemente, permaneciam como comerciantes após a sua morte. Por outro lado, a indústria doméstica — ligada principalmente à produção de alimentos e à tecelagem —, dominada pelas mulheres, era muitas vezes sua principal fonte de renda ou uma complementação necessária do orçamento familiar. Podendo, também, exercer o direito de sucessão, não era incomum uma

herdeira gerir sua própria renda, ainda que casada. Mulheres economicamente autônomas, comerciantes ou exercendo outras atividades, independente de seu estado civil, aparecem nos anais de corporações e nos registros administrativos.

Entretanto, o trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem. Esta desvalorização, por outro lado, provocou a hostilidade dos trabalhadores homens contra o trabalho da mulher, pois a competição rebaixava o nível salarial geral. Assim, em determinados períodos, surgiram restrições à participação da mulher no mercado de trabalho, como em Londres, no ano de 1344, quando a corporação de alfaiates proibiu seus membros de empregarem mulheres que não fossem suas esposas ou filhas.

No campo da educação, embora minoritariamente, há registros de mulheres freqüentando universidades. Assim, em Frankfurt, no século XIV, quinze mulheres estudaram medicina e exerceram a profissão, enquanto em Bolonha algumas mulheres formaram-se em Medicina e Direito.

Ainda no século XIV, uma escritora francesa, Christine de Pisan, torna-se a primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte. Pode ser considerada como uma das primeiras feministas, no sentido de ter um discurso conscientemente articulado em defesa dos direitos da mulher. Polemizou com escritores de renome na época, defendendo a igualdade entre os sexos. Afirmou

a necessidade de se dar às meninas uma educação idêntica à dos meninos: "Se fosse costume mandar as meninas à escola e ensinar-lhes as ciências, como se fazem aos meninos, elas aprenderiam da mesma forma que estes e compreenderiam as sutilezas das artes e ciências, tal como eles".

Viúva aos 25 anos, Christine sustentou a família: mãe, dois irmãos e 3 filhos, e manteve-se economicamente independente por sua profissão de escritora.

Escreveu o que seria talvez o primeiro tratado feminista: A Cidade das Mulheres, onde afirma serem homens e mulheres iguais por sua própria natureza. Refuta as generalizações que imputam inferioridade ao sexo feminino e condena a dupla moral, pela qual o mesmo ato é crime quando praticado pela mulher e apenas pequeno defeito quando pelo homem.

Apesar da significativa participação da mulher na vida social e econômica da Idade Média, a idéia que prevaleceu foi a transmitida pelo romantismo da cavalaria: uma mulher frágil e indolente, entregue em bordados e bandolins, à espera de seu cavaleiro andante. Esta imagem, que por um lado exclui a grande massa de mulheres até de uma representação simbólica, por outro reflete uma visão distorcida do que seria o cotidiano da própria castelã. Existe, assim, uma defasagem entre a posição concreta da mulher na vida cotidiana e a representação simbólica de seu

papel.

A intensa participação da mulher no mercado de trabalho durante a Idade Média não lhe conferia no entanto prestígio social posto que, à diferença do que acontecerá no Renascimento e na Reforma, o trabalho, bem como as artes e o conhecimento científico, não eram então considerados como valores em si, nem tampouco eram instrumentos de ascensão social. O poder, monopólio da nobreza e do clero, baseava-se na posse da terra e na ascendência espiritual.

Ao fazer este breve relato da posição da mulher na Idade Média não se poderia deixar de comentar a perseguição que se abateu então sobre ela e que ficou conhecida como a "caça às bruxas". Neste período, essencialmente teológico, a "maldição bíblica de Eva" acompanharia mais que nunca a mulher. Se bem que exista uma contradição interna no pensamento da Igreja medieval no que concerne à posição da mulher, oscilando entre as figuras de Maria, exaltada, e Eva, denegrada, o que prevalece na mentalidade eclesiástica da época é a formação e o triunfo do tabu sexual. Eva é responsável pela queda do homem, e é considerada, portanto, a instigadora do mal. Esse estigma, que se propaga por todo o sexo feminino, vem a se traduzir na perseguição implacável ao corpo da mulher, tido como fonte de malefícios.

A chamada "caça às bruxas", verdadeiro geno-

cídio perpetrado contra o sexo feminino na Europa e nas Américas — tão pouco estudado e denunciado —, e que se iniciou na Idade Média, exacerbando-se no século XVI, início do Renascimento, é parte da herança de silêncio que recobre a história da mulher. As milhares de mulheres assassinadas e torturadas (para cada dez bruxas contava-se um bruxo) pouco despertaram a curiosidade dos historiadores. Cabe perguntar: se este genocídio tivesse sido perpetrado essencialmente sobre o sexo masculino, não seria ele objeto de análises mais profundas?

A Inquisição não perseguiu tão-somente a bruxaria. Também os hebreus, considerados hereges, foram duramente atingidos pelos tribunais eclesiásticos. Esta perseguição, ao contrário da que se abateu sobre a mulher-bruxa, foi no entanto registrada pela história.

Existe, nessa perseguição às "feiticeiras", um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino.

O próprio discurso científico está impregnado deste estigma. Ambroise Paré, médico e cientista ilustre do século XVI, vê no organismo feminino a prova da inferioridade da mulher: "Porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto

por sua imbecilidade, que não pode expelir e pôr para fora estas partes". Acrescenta que os órgãos sexuais femininos tornam as mulheres "disformes e vergonhosas quando nuas" e, em relação à menstruação, afirma: "Porque as mulheres são de temperatura fria, em relação aos homens, a sua alimentação não se transforma num sangue bom, tanto que a maior parte se torna indigesta e se transforma em menstruações, das quais a mulher sadia se purga e se limpa". François Rabelais, outro grande médico, adota idênticas posições, concluindo que o corpo "histérico" da mulher só pode conduzi-la à desordem moral.

O discurso médico vai de par com o discurso religioso no que se refere a tal perseguição. A medicina, neste momento, passa a instaurar-se como uma instituição masculina que advoga o monopólio do saber e do poder de cura. E o advoga sobretudo pela perseguição à prática feminina do trato com ervas e do atendimento aos partos. Era a mulher, curandeira e parteira, secularmente encarregada da saúde da população, o principal concorrente a ser eliminado para o estabelecimento da hegemonia da medicina.

Cabe ainda ressaltar que o Tribunal da Inquisição se instaura no século XIV, quando profundas transformações econômicas e políticas desestruturam as bases do modo de produção feudal, no qual, como foi dito, a mulher participava ativamente. Tais transformações — mercantilismo, a

formação dos Estados Nacionais, a reintrodução do Direito Romano — afastam a mulher da esfera pública. Ao mesmo tempo, o poder eclesiástico que se afirma pela Inquisição é essencialmente masculino: progressivamente, a mulher se viu afastada da hierarquia e da atuação nos ritos desta instituição religiosa. Este alijamento não teria sido realizado sem resistência por parte da mulher. Embora seja difícil recuperar os traços desta resistência, dado o silêncio que recobre este fenômeno, poder-se-ia supor que a busca pela mulher de outras formas de conhecimento e de atuação, castigada como "bruxaria", caracterizaria sua revolta.

No que se refere ao discurso inquisitorial a estreita associação que este tribunal estabelece entre bruxaria e mulher se explicita pela atribuição de conotações nitidamente sexuais aos ritos do "sabá" — culto ao demônio: nestes as mulheres copulariam com o diabo. É portanto pelo sexo que ela se faz bruxa, sexo este considerado, "por natureza", impuro e maléfico. Leonard de Vair, inquisidor, assim descreve, em 1583, a menstruação, no livro *Trois Livres des Charmes, des Sorcelages et Enchantements*:

"Mensalmente elas se enchem de elementos superfluos e o sangue faz exalar vapores que se elevam e passam pela boca, pelas narinas e outros condutos do corpo, lançando feitiços sobre tudo que elas encontram".

As milhares de mulheres queimadas não se distinguiriam das demais por possuírem uma "natureza diversa". Elas teriam, tão-somente, exercido determinados malefícios que seriam inerentes a qualquer mulher. Era, portanto, a "natureza" feminina que ardia nas fogueiras que se acenderam pela Idade Média e o início do Renascimento.

"Se hoje queimamos as bruxas, é por causa de seu sexo feminino",

diz Jacques Sprenger, inquisidor e teórico da demonologia, que publica, no final do século XV, um manual de base do caçador de bruxas, o *Malleus Maleficarum*, no qual se remete aos textos sagrados para comprovar a inferioridade feminina. Afirma assim que:

"A mulher é mais carnal que o homem; vemos isto por suas múltiplas torpezas... Existe um defeito na formação da primeira mulher, pois ela foi feita de uma costela curva, torta, colocada em oposição ao homem. Ela é, assim, um ser vivo imperfeito, sempre enganador".

Ao longo do século XVI se sucederam demônios lançando sobre a mulher a suspeita de satanismo. Um destes, Nicolas Remy, se jactava de haver mandado queimar 900 bruxas. O advento do protestantismo não significou uma queda nesta perseguição. Ao contrário, tanto Lutero

quanto Calvino aderiram à mesma, apoiados na Bíblia. Segundo alguns autores chegou-se mesmo a se estabelecer uma competição entre as duas religiões no que se refere à "caça às bruxas".

Jules Michelet, em *Sobre as Feiticeiras*, transcreve números estarrecedores: por ordem de seu bispo, a cidade de Genebra queimou, no ano 1515, em apenas 3 meses, nada menos que 500 mulheres; na Alemanha, o Bispado Bamberg queima de uma só vez 600, e o de Wurtzburgo, 900. As confissões eram extraídas sob tortura e mesmo contra qualquer evidência, como afirma Michelet:

"O processo é simples. Começar por utilizar a tortura para as testemunhas... Extrair ao acusado, à custa de sofrimentos, qualquer confissão... Uma feiticeira confessa ter roubado do Cemitério o corpo de uma criança... Desenterram-no e lá o encontram dentro do caixão. O Juiz porém resolve, contrariando o que os olhos lhe dizem, que se trata de uma aparência, um engano do Diabo... Ela é queimada".

Não apenas as instituições da Inquisição e da medicina condenam a mulher. Discursos de intelectuais e humanistas, como Jean Bodin, também a estigmatizam como inferior e impura, contribuindo para a justificação ideológica de sua desvalorização.

No período renascentista, a posição da mulher sofre um retrocesso. Durante o feudalismo, era maior o seu espaço de atuação política, posto que esta se realizava sobretudo a nível comunal. A formação dos Estados Nacionais e o processo de centralização do poder vai de par com o afastamento da mulher da esfera pública.

Por outro lado, a reintrodução da legislação romana implicou numa redução dos direitos civis da mulher. Surgem então restrições ao seu direito de adquirir bens por herança, reger seus próprios bens e representar-se na Justiça.

Se durante a Idade Média a mulher atuou em praticamente todas as profissões, a partir do Renascimento determinadas atividades vão gradativamente tornando-se do domínio masculino, ao mesmo tempo que as Corporações de Ofício se fecham à participação feminina. E justamente durante este período, quando o trabalho se valoriza como instrumento de transformação do mundo pelo homem, que o trabalho da mulher passa a ser depreciado. Alijada concretamente de determinadas profissões, tece-se também toda uma ideologia de desvalorização da mulher que trabalha.

A pergunta que se coloca é se, diante deste quadro, as mulheres deixaram de trabalhar. Tal não ocorreu, já que as necessidades materiais de sobrevivência sempre exigiram que o fizessem.

A desvalorização do trabalho feminino, tradu-

zida concretamente na atribuição de menor pagamento à mão-de-obra feminina que à masculina, encontra sua lógica no processo de acumulação de capital, onde a superexploração do trabalho da mulher (e do menor) cumpre função específica.

Não houve portanto um afastamento da mulher da esfera de trabalho e sim formas próprias de sua inclusão na mesma. Ela é totalmente alijada de determinadas atividades, tal como o fabrico de cerveja, de velas, e os ofícios de serralheria e fundição. Ainda que permaneça de forma significativa em determinados ramos de produção, como a indústria da seda e têxtil em geral (em 1790 a mão-de-obra ocupada na indústria de lã na França se distribuía da seguinte forma: 45,6% de mulheres, 35% de crianças e 19,3% de homens), desempenha as atividades menos qualificadas e de mais baixa remuneração. Diante de tais empecilhos a sua participação no mercado de trabalho adquire faceta peculiar: a partir do século XVII e sobretudo no século XVIII contingentes cada vez maiores de mulheres passam a realizar trabalhos a domicílio, contratadas por intermediários. Este tipo de trabalho é ainda hoje largamente exercido pela mão-de-obra feminina, particularmente na indústria de confecção.

Vai de par com a valorização da idéia de trabalho ocorrida neste período, o respeito nascente pela ciência e a preocupação com a aquisição

do conhecimento. No entanto, ao mesmo tempo em que se desenvolve a instrução masculina em vários níveis, a educação da mulher sofre revezes, tanto no campo do preparo profissional, quanto no da formação intelectual. Não se tem registro de mulheres freqüentando universidades até meados do século XIX. Desaparecem as mulheres médicas, cirurgiãs, advogadas. A obstetrícia, como um ramo do conhecimento científico ao qual só os homens tinham acesso, vem retirar das mulheres o monopólio da profissão de parteira, secularmente seu.

Ao mesmo tempo em que o ensino público e privado se expande na Europa, a defasagem entre o número de escolas masculinas e femininas é enorme: em 1790, na Diocese de Rouen, por exemplo, a relação entre escolas para meninos e para meninas é de 4 por 1. Tal defasagem se dá não somente em termos quantitativos como também no que se refere à qualidade do ensino ministrado. O currículo das meninas enfatizava o aprendizado das prendas domésticas e sua escolarização não as preparava para o ensino superior, que, aliás, sequer lhes era acessível.

Não é de se estranhar, portanto, que as primeiras vozes de contestação feminina que a história moderna registra se dirijam justamente contra a desigualdade sexual no acesso à educação e ao trabalho.

O FEMINISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO

Primeiras vozes

Na América o século XVII, que antecede a Revolução, é impregnado por idéias de insubordinação e por mudanças concretas na organização social do país. Acelera-se o ritmo da atividade manufatureira, criam-se novas formas de organização do trabalho, expande-se o comércio. Vive-se, enfim, os primórdios do capitalismo, em um marco ideológico impregnado pelas idéias religiosas do puritanismo e pelo respeito crescente à razão e à ciência enquanto formas fundamentais de conhecimento.

É neste contexto que surge a figura de Ann Hutchinson, uma das primeiras vozes de insurreição

feminina que a História Americana registra. Profundamente religiosa, Ann congregou em torno de si uma comunidade que se reunia para ouvir as suas pregações. Afirmava que o homem e a mulher foram criados iguais por Deus, contrariando assim os dogmas calvinistas da superioridade masculina.

Acusada de: "Ter sido mais um marido que uma esposa, um pregador que um ouvinte, uma autoridade que um súdito (...)" e de ter "mantido reuniões em sua casa, ... um fato intolerável diante de Deus e impróprio para seu sexo", foi condenada, em 1637, ao banimento. No século XVII, a idéia de igualdade de direitos para a mulher, mesmo que tão-somente a nível do religioso, era ainda intolerável.

Marcado pela intensa participação das massas na esfera política, o século seguinte é o século das revoluções. As idéias de liberdade do cidadão frente ao arbítrio do Estado e a consciência de que esta só se constrói com a participação do indivíduo na esfera política, se afirmam enquanto princípios da ideologia liberal, que encontram, na propriedade privada, sua base material.

Nos Estados Unidos, a luta pela libertação fez do princípio básico da igualdade a expressão primeira de sua Declaração de Independência: "Todos os homens foram criados iguais". Temendo que o conceito de "homem" contido na Declaração abarcasse tão-somente o sexo masculino, Abigail

Adams escreve a seu marido, John Quincy Adams, líder da Guerra da Independência, uma carta em que reivindica sejam estendidos a seu sexo aqueles direitos:

"... Espero que no novo Código de Leis... vocês se lembrem das mulheres e sejam mais generosos que seus antepassados. (...) Se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis, diante das quais não temos nem voz, nem representação".

A resposta sarcástica de John Quincy Adams vem reafirmar a não inclusão do sexo feminino (e de outras minorias) na idéia de igualdade definida pela Declaração de Independência:

"Quanto ao seu extraordinário Código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em todo o país. Crianças e aprendizes desobedecem, escolas e universidades se rebelam, índios afrontam seus guardiães e negros se tornam insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimação de uma outra tribo, mais numerosa e poderosa do que todos estes descontentes (...) Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino".

O discurso de John Quincy Adams revela, com inusitada clareza, os limites da ideologia liberal

conforme delineada naquele século de ascensão da burguesia. Ficavam excluídos da idéia de igualdade, de forma irreversível — porque em nome do sexo e da raça, fatores biológicos insuperáveis — as mulheres, os negros, os índios. A este contingente discriminado, adicionava-se também o homem branco de baixa renda, cuja exclusão não era no entanto irremediável já que, teoricamente, poderia ascender financeiramente e ter direito ao voto.

Na França, neste mesmo século marcado por revoluções, a mulher, que participa ativamente ao lado do homem do processo revolucionário, não vê também as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo. É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher.

As mulheres revolucionárias francesas dirigem-se à Assembléia, peticionando a revogação de institutos legais que submetem o sexo feminino ao domínio masculino. Reivindicam, assim, a mudança da legislação sobre o casamento que, outorgando ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens de sua mulher, aparece-lhes como uma forma de despotismo incompatível com os princípios gerais da Revolução Francesa. Em

1789, apresentam à Assembléia Nacional um documento no qual afirmam:

“Destruístes os preconceitos do passado, mas permitistes que se mantivesse o mais antigo, que exclui dos cargos, das dignidades das honrarias e, sobretudo, de sentar-se entre vós, a metade dos habitantes do reino. (...) Destruístes o cetro do despotismo... e todos os dias permitis que treze milhões de escravas suportem as cadeias de treze milhões de déspotas”.

Neste período, são publicadas inúmeras brochuras sobre a situação da mulher, abordando os temas do trabalho, da desigualdade legal, da participação política, da prostituição. Esta atingia em Paris cifras assustadoras. Segundo registros, no final do século XVIII, para cada 5 mulheres solteiras, uma era prostituta.

Olympe de Gouges, escritora já conhecida na época, por sua defesa dos ideais revolucionários, sentindo-se profundamente decepcionada ao constatar que estes não incluíam preocupações com relação à situação da mulher, publica, em 1791, um texto intitulado *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, no qual afirma:

“Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? (...) Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. (...) Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem

consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade”.

Parafrazeando o discurso revolucionário, diz:

“A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. (...) Esses direitos inalienáveis e naturais são: a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão. (...) O exercício dos direitos naturais da mulher só encontra seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão”.

O discurso de Olympe de Gouges não é uma crítica aos princípios fundamentais do liberalismo. Ao contrário, está profundamente imbuído destes princípios e é em nome do “direito natural” que exige sejam estes estendidos ao sexo feminino. Este discurso, que propõe a inserção da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens, tanto de deveres quanto de direitos, será repetido durante todo o século XIX pelas feministas, na sua luta pelo sufrágio.

Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. A sentença que a condenou acusava-a de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo.

A ampla participação da mulher na vida pública durante o período revolucionário — redigiram manifestos, mobilizaram-se em motins contra a carestia, participaram dos principais eventos

da Revolução, formaram clubes políticos — é reprimida por um decreto de 1795, da Assembléia Nacional, que a circunscreve ao âmbito doméstico:

“Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranqüilidade pública retorne a Paris”.

Fecha-se assim, formalmente, o acesso da mulher à participação na esfera pública, de acordo, afinal, com as próprias idéias de Rousseau — principal ideólogo da Revolução — para quem o mundo masculino seria, por natureza, o mundo externo, e o feminino, o mundo interno. Segundo Rousseau, a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização “natural” e colocar-se a serviço do homem, desde a infância até à idade adulta:

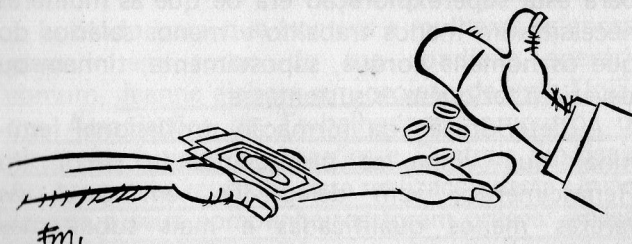
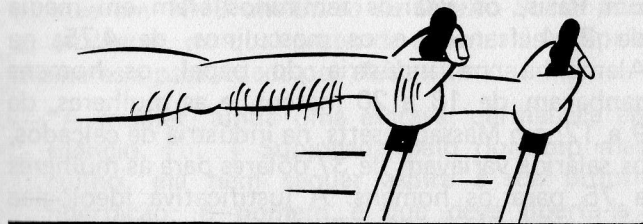
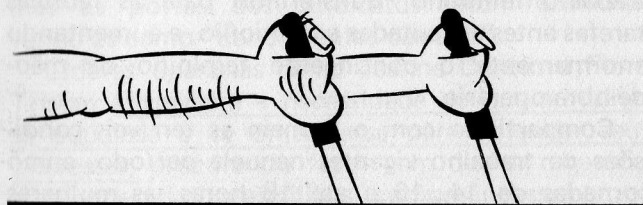
“Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável — são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância” (Jean Jacques Rousseau).

Na Inglaterra Mary Wollstonecraft, defensora dos princípios rousseauianos de respeito aos

“direitos naturais” do indivíduo, porém, levando estas idéias de libertação às suas últimas consequências, destaca-se como uma das mais relevantes vozes da história do feminismo. Denunciando as idéias de Rousseau com relação à mulher escreve, em 1792, um livro intitulado *Defesa dos Direitos da Mulher*. Nele, contesta que existam diferenças “naturais” no caráter ou na inteligência de meninos e meninas. A inferioridade da mulher, segundo ela, adviria unicamente de sua educação. Propõe, portanto, que se ofereça às meninas idênticas oportunidades de formação intelectual e desenvolvimento físico que as existentes para os meninos.

“Para que a humanidade seja mais perfeita e feliz, é necessário que ambos os sexos sejam educados segundo os mesmos princípios. Mas como será isso possível, se apenas a um dos sexos é dado o direito à razão? ... é preciso que também a mulher encontre a sua virtude no conhecimento, o que só será possível se ela for educada com os mesmos objetivos que os do homem. Porque é a ignorância que a torna inferior ...”

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista trará consequências profundas tanto para o processo produtivo quanto para a organização do trabalho como um todo, e para a mão-de-obra feminina, em especial. O sistema de produção



A desvalorização da força de trabalho feminina

manufatureira e, posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria, vão afetar o trabalho feminino, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, e aumentando enormemente o contingente feminino da mão-de-obra operária.

Compartindo com o homem as terríveis condições de trabalho vigentes naquele período, como jornadas de 14, 16 e até 18 horas, as mulheres (assim como os menores) sofrem ainda uma superexploração advinda das diferenças salariais. Em Paris, os salários femininos eram em média de 2,14 francos e os masculinos, de 4,75; na Alemanha, na indústria do papel, os homens ganhavam de 18 a 20 marcos, e as mulheres, de 9 a 12; em Massachusetts, na indústria de calçados, os salários variavam de 37 dólares para as mulheres a 75 para os homens. A justificativa ideológica para esta superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse.

A deterioração da formação profissional feminina, que vinha se processando a partir do Renascimento, vem delegar-lhe, em geral, as tarefas menos qualificadas e mais subalternas da produção fabril.

Por outro lado, a desvalorização da força de trabalho da mulher acarretava um rebaixamento

do nível salarial geral. Desta forma, movimentos operários do século passado repudiaram o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, fechando-lhes as portas dos sindicatos recém-formados, vendo-as como "concorrentes desleais".

Líderes operárias como Jeanne Deroin e Flora Tristan afirmavam a necessidade de que a mulher se educasse e se organizasse para defender seus interesses, procurando fazer com que as organizações operárias masculinas compreendessem que estes eram comuns a toda a classe trabalhadora.

Jeanne Deroin, operária francesa autodidata, escreve em 1848 um *Curso de Direito Social para as Mulheres*, no qual pretende apontar às próprias mulheres a passividade por elas assumida:

"A mulher, ainda uma escrava, permanece em silêncio. (...) Subjugada pelo domínio masculino, ela nem sequer aspira à sua própria libertação; o homem é que deve libertá-la".

Lutando para que homens e mulheres se consagrassem em torno da sua condição operária comum, Jeanne elabora um projeto de uma União das Associações de Trabalhadores, precursor da idéia das futuras Federações e Centrais Sindicais. Ao promover reuniões para realização desta União, Jeanne e seus companheiros foram presos. Apesar de ocupar posição de liderança naquele movimento, seus companheiros pedem-lhe que a oculte da opinião pública, a fim de não desmoralizar o

nascente movimento por uma liderança feminina. Jeanne dobra-se ao preconceito que tanto combatera, não assumindo a autoria do projeto.

Contemporânea de Jeanne Derooin, destaca-se a figura de outra líder operária, Flora Tristan, que publica, em 1843, um trabalho intitulado *União Operária*. Planejava a criação de centros de organização e educação moral, intelectual e técnica do operariado, a que chamava "Palácio dos Trabalhadores". Lutou, ainda, em 1844, pela organização de uma Internacional do Trabalho. Em uma carta dirigida ao líder socialista Considérant, Flora reconhece ter todos contra si: "Os homens, porque reivindico a emancipação das mulheres; os proprietários, porque reivindico a emancipação do proletariado".

No século XIX, caracterizado pelos movimentos reivindicatórios e revolucionários, estruturam-se as bases da teoria socialista. A partir da análise das relações de produção do sistema capitalista, entende-se a condição da mulher como parte das relações de exploração na sociedade de classes. Neste sentido destaca-se a contribuição de dois autores: Friedrich Engels (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*) e August Bebel (*A Mulher sob o Socialismo*). Engels baseia-se em estudos de relações familiares em sociedades primitivas efetuados por antropólogos como Lewis Morgan. Contrapondo estas sociedades, em que a propriedade é comunal, em que não

existe aparelho de Estado e que seriam regidas por laços de parentesco matrilineares, às sociedades capitalistas, conclui que a base da inferiorização da mulher encontra-se no surgimento da propriedade privada. Desta forma, o casamento e a sujeição da mulher surgiriam como garantia para a transmissão da propriedade (herança).

Apoiando-se nos argumentos de Engels, Bebel equipara a sujeição da mulher à da classe operária no sistema capitalista, já que a causa é comum: o surgimento da propriedade privada. Afirma assim que "o poder de uma classe sobre a outra terminará e, com ele, terminará também o poder do homem sobre a mulher".

Através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública. O avanço das lutas operárias congrega homens e mulheres nas organizações sindicais. Com eles as mulheres participaram das greves e, como eles, foram vítimas da repressão. O dia 8 de março, depois proclamado Dia Internacional da Mulher, faz parte desta história de luta.

Em 8 de março de 1857 as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas. Violentemente reprimidas pela polícia, muitas tomaram presas e feridas. Passados 51 anos, no mesmo dia 8 de março, em 1908, ainda na

cidade de Nova Iorque, operárias novamente saem às ruas denunciando as mesmas condições degradantes de trabalho e acrescentando às suas reivindicações a exigência de legislação protetora do trabalho do menor e o direito de voto às mulheres. À denúncia da sua situação enquanto trabalhadoras acrescentam a denúncia de sua exclusão da participação nas decisões públicas enquanto cidadãs.

O movimento sufragista

O século XIX se caracterizou por duas frentes de luta do operariado: a luta por melhores condições de trabalho (salário, redução da jornada, repouso semanal, condições de higiene), e a luta pelos direitos de cidadania (o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos do Parlamento, posto que, como estes não eram retribuídos, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los).

O sufrágio universal foi uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século passado, consolidada, depois de muita luta, por reformas legislativas que eliminaram o voto qualificado por renda.

A luta pelo sufrágio universal, pela ampliação



O direito de votar

dos direitos da democracia, não incluía, no entanto, o sufrágio feminino. Esta foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. Prolongou-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891.

Mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX. Apesar disso, merece dos livros de História, quando não o silêncio, apenas uns poucos parágrafos ou uma nota de pé de página.

Iniciou-se o sufrágio, enquanto movimento, nos Estados Unidos, em 1848. Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda.

No século XIX, naquele país, a luta pela abolição da escravatura mobilizou parcelas significativas de mulheres que, até então, não haviam, de forma tão massiva e organizada, participado da esfera política. A conscientização da submissão do negro trouxe-lhes, ao mesmo tempo, uma medida de sua própria sujeição.

Apesar de ser sempre difícil estabelecer momentos iniciais para acontecimentos que fazem parte

de processos históricos, cabe, no entanto, destacar a Convenção dos Direitos da Mulher convocada em Seneca Falls, no ano de 1848, como um dos marcos iniciais do movimento sufragista americano. Nesta Convenção foi redigida uma paráfrase da Declaração de Independência dos Estados Unidos, iniciando-se com a frase "Acreditamos serem estas verdades evidentes: que todos os homens e mulheres foram criados iguais . . .".

Depois de intensos debates, foi aprovada, nesta convenção, uma moção que afirmava ser o dever de toda mulher americana a luta pelo sufrágio.

Desde então repetiram-se as Convenções, os abaixo-assinados, as petições ao Congresso Nacional e às Assembléias Estaduais, para a reforma das Constituições Federal e Estaduais a fim de se permitir o direito de voto à mulher. O movimento, que abrangeu 3 gerações numa luta incansavelmente retomada, adquiriu, nos últimos anos da campanha, uma feição violenta, tendo as sufragistas sofrido inúmeras prisões. Somente em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres, terminando assim uma luta iniciada 72 anos antes.

Na Inglaterra, em 1865, John Stuart Mill apresenta ao Parlamento um projeto de lei dando o voto às mulheres. No ano seguinte, funda-se em Manchester o *Comité para o Sufrágio Feminino*.

Neste país, a luta pela conquista do voto processou-se de forma semelhante à americana, tendo

no entanto se revestido em sua etapa final de características mais violentas.

O esforço para a organização das diversas atividades era imenso: campanhas de mobilização da opinião pública, busca de apoio de parlamentares e partidos, passeatas, atos públicos, abaixo-assinados. Todo este trabalho esbarrava freqüentemente na indiferença e galhofa da maioria dos legisladores, obrigando a um eterno recomeçar da luta a cada nova legislatura.

Em 1903 funda-se, também em Manchester, a *Women's Social and Political Union* que, abandonando gradativamente estes métodos tradicionais de atuação, passa a adotar, pressionadas pela própria violência do governo, uma prática mais agressiva. As sufragistas interrompiam os comícios eleitorais perguntando aos candidatos se dariam voto à mulher. Presas por "desordem pública", eram recolhidas na qualidade de presas comuns (e não políticas). Iniciou-se assim uma série de prisões e greves de fome em protesto. O Governo dá ordem para que sejam alimentadas à força, por um método doloroso — introdução, pela narina de um tubo de borracha até o estômago — que constituía verdadeira tortura.

Por volta de 1913 o movimento sufragista inglês se divide nas suas táticas de luta, entre as "pacifistas" e as chamadas *suffragettes* que, radicalizando cada vez mais sua atuação, passam a efetuar atos de dano à propriedade e bens

materiais como forma de chamar a atenção para a causa.

O que as mulheres reivindicavam era tão-somente um direito defendido, em tese, pelas idéias liberais, e recusado, na prática, por um governo composto pelo próprio partido liberal. Só o alcançaram em 1928, como consequência de uma luta que se estendeu por mais de seis décadas.

A luta pelo voto feminino no Brasil não teve as características de movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra. Iniciou-se bem mais tarde, em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembléia Constituinte de 1891.

Em 1919 Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que levará adiante a luta pelo sufrágio.

As principais táticas utilizadas pela Federação são a do *lobbying* (pressão sobre os membros do Congresso) e a divulgação de suas atividades pela Imprensa, para a mobilização da opinião pública. Em 1927, graças à influência do Presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, este Estado inclui em sua Constituição um artigo

permitindo o exercício do voto às mulheres. A partir daí intensifica-se a mobilização das mulheres, que requerem, em todo o País, seu alistamento eleitoral, provocando acirrados debates jurídicos.

O direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos Estados. Desta forma quando, em 1932, Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do País.

Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo – o direito ao voto – esta prática de luta de massas estava fadada a desaparecer. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher.

PARA ALÉM DO VOTO: O MOVIMENTO FEMINISTA ATUAL

Sexo e cultura: o masculino e o feminino

Os anos de 1930 e 1940 representam um período em que, *formalmente*, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho. O sistema social e político (tanto o capitalista quanto o socialista) absorvera, de alguma forma, estas conquistas, que implicam no reconhecimento de sua cidadania.

Nestas décadas ocorre um refluxo na organização das mulheres. Nos países em que ocorre

a ascensão do nazi-fascismo este refluxo pode ser também compreendido pelo forte esquema repressivo que abafava quaisquer outras formas de contestação social. Este período é marcado pela preparação e pela eclosão de uma nova guerra mundial. Assim, a afirmação da igualdade entre os sexos vai confluir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. Valoriza-se, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento em que se torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Tal processo se dá, em particular, nos países diretamente envolvidos no conflito, em especial os EUA e a Inglaterra.

É com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da "rainha do lar", exacerbando-se a mistificação do papel da dona-de-casa, esposa e mãe. Novamente o trabalho externo da mulher é desvalorizado, tido como suplementar ao do homem.

Simone de Beauvoir, escrevendo no final da década de 1940 o livro intitulado *O Segundo Sexo*, é uma voz isolada neste momento de transição. Denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual,



Simone de Beauvoir e o porco chauvinista

contribuindo com uma análise profunda na qual trata de questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação, para o desvendamento desta questão. Afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela a vivencia, qual é o universo ao qual está circunscrita.

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito.

A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco na medida em que delineia os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 60. É assim que Betty Friedan, apoiando-se nos postulados teóricos do estudo de Beauvoir, recolhe nos Estados Unidos uma série de depoimentos de mulheres de classe média que corresponderiam ao ideal da "rainha do lar".

Neste trabalho, publicado sob o título *A Mística Feminina*, detecta o que chamou de "o mal que não tem nome" e que se traduziria por uma

frustração constante e indefinida. Afinal, por que se queixavam aquelas mulheres, em suas cozinhas modernas, com seus carros na garagem, seus filhos saudáveis, sua segurança econômica? Como encaixar esta insatisfação na auto-realização que, teoricamente, deveriam sentir? Como conviver com uma frustração que se torna mais evidente quando, em sua maturidade, a mulher vê os filhos seguirem seu próprio caminho e a dimensão do vazio de suas vidas se alargar? Para Friedan, é o papel tradicional da mulher que esta insatisfação questiona. Paralelamente a esses depoimentos, analisa a veiculação, pelas revistas femininas do pós-guerra, da ideologia que se oculta sob a mistificação da "feminilidade" e que propõe como realização plena da condição feminina a dedicação exclusiva à vida doméstica.

No final dos anos sessenta já estavam dados os primeiros passos na construção de uma teoria feminista. Kate Millet publica o livro *Política Sexual*, em que analisa historicamente as relações entre os sexos, afirmando que o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevalente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis, costumes de todas as civilizações. Propõe-se a fazer uma análise política das relações de sexo. Aborda, neste sentido, aspectos ideológicos, biológicos, sociológicos, econômicos, antropológicos e psicológicos da condição da mulher no patriarcalismo.

Nesta mesma época Juliet Mitchell publica *A Condição da Mulher*. Busca formular uma teoria que permita compreender tanto os aspectos gerais da discriminação de sexo quanto a sua especificidade nas diferentes classes sociais. Faz um histórico dos escritos sobre a mulher, afirmando em sua análise que a liberação deverá se dar nos quatro níveis que caracterizam a discriminação: as esferas da produção, da reprodução, da sexualidade e da educação.

No Brasil, também neste momento, Heleieth Saffioti publica *A Mulher na Sociedade de Classes*, em que faz uma análise da condição da mulher no sistema capitalista, afirmando que esta não decorre unicamente das relações econômicas, posto que se verifica também dentro da autonomia relativa das outras estruturas. O livro retrata a evolução histórica da condição da mulher no Brasil. Trata-se de um trabalho pioneiro do ponto de vista da contribuição das ciências sociais ao estudo da mulher neste país.

A partir da década de 60, o feminismo incorpora portanto outras frentes de luta pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos — políticos, trabalhistas, civis —, questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia, desta forma, a mística de um "eterno feminino", ou seja, a crença na inferioridade "natural" da mulher, calcada em fatores biológicos. Questiona assim

a idéia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando.

A política, o sistema jurídico, a religião, a vida intelectual e artística, são construções de uma cultura predominantemente masculina. O movimento feminista atual refuta a ideologia que legitima a diferenciação de papéis, reivindicando a igualdade em todos os níveis, seja no mundo externo, seja no âmbito doméstico. Revela que esta ideologia encobre na realidade uma relação de poder entre os sexos, e que a diferenciação de papéis baseia-se mais em critérios sociais do que biológicos. Como afirma Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher, torna-se mulher". O "masculino" e o "feminino" são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como "naturais" as relações de poder entre os sexos. A menina, assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino, aprende a ser agressivo, competitivo, ativo,

independente. Como se tais qualidades fossem parte de suas próprias "naturezas". Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade.

Esta "naturalização" que inferioriza um dos sexos é um argumento também utilizado pelas teorias racistas. Os negros, os índios, seriam "por natureza" inferiores e, como tal, deveriam ser mantidos sob comando, alijados da participação política, econômica e social. Da mesma forma, os teóricos da discriminação de sexo apelam para a "natureza" da mulher para justificar sua posição social subalterna. Sendo ela, "por natureza", um ser frágil e dependente, legitima-se a assimetria sexual. Este reducionismo biológico camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável. O novo debate feminista demonstra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim o fruto de um processo histórico e, como tal, pode ser combatida e superada. Sendo História, e não natureza, é passível de transformação.

No entanto, o discurso que afirma a naturalidade da discriminação está de tal forma internalizado, que é difícil à própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela injetada. Ela aceita como natural sua condição

de subordinada. Vê-se, assim, através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

A luta contra a discriminação implica, assim, na recriação de uma identidade própria, que supere as hierarquias do forte e do fraco, do ativo e do passivo. Identidade esta em que as diferenças entre os sexos sejam de complementaridade e não de dominação. Em que força e fraqueza, atividade e passividade não se coloquem como pólos opostos definidores do masculino e do feminino, e sim como parte da totalidade dialética, contraditória, do ser humano.

Sexo e política: as formas de organização

O movimento feminista atual levantou a questão dos fundamentos da assimetria sexual, analisando a produção, internalização e reprodução da ideologia de discriminação. Voltou-se, do mesmo modo, para a recuperação das formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres em diferentes culturas e que resultam muitas vezes no estabelecimento de formas alternativas de exercício do poder. Tem sido relevante neste campo a contribuição da antropologia, que, analisando culturas específicas,

procura descobrir que outras formas de exercício de poder são desenvolvidas pelas mulheres apesar de seu afastamento da esfera formal de poder. Tal perspectiva é importante porque supera o simplismo de análises que colocam a mulher na condição única de vítima passiva ao longo da história.

A década de 60 caracterizou-se por intensa mobilização na luta contra o colonialismo, a discriminação racial, pelos direitos das minorias, pelas reivindicações estudantis. Estes movimentos ampliaram o campo do político, alargando a compreensão das contradições sociais para além do estritamente econômico, revelando a existência de outras formas de exercício do poder. Tais movimentos trazem o *individual* para o campo do político, tornando-o *coletivo*, demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe. Não é apenas por relações sociais de produção que o indivíduo está impregnado, mas também por relações de sexo, raça, instâncias estas que também se concretizam numa distribuição desigual de poder.

É neste momento histórico de contestação e de luta que o feminismo ressurgiu como um movimento de massas que passa a se constituir, a partir da década de 70, em inegável força política com enorme potencial de transformação social.

Surgem assim inúmeras organizações que atuam como núcleos congregadores de grande número

de mulheres. Desenvolvem atividades permanentes – grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos, publicações – e participam das campanhas que levaram milhares de mulheres às ruas por suas reivindicações específicas.

Frentes de luta

Apesar de que as frentes de luta do movimento feminista variam de acordo com o momento histórico e as características sócio-econômicas e políticas do país em que se desenvolvem, alguns temas têm sido levantados de forma generalizada por constituírem reivindicações básicas das mulheres. Estes podem ser agrupados – *grosso modo* – em algumas categorias:

- Sexualidade e Violência
- Saúde
- Ideologia
- Formação Profissional e Mercado de Trabalho

Sexualidade e violência

A contenção exercida sobre a sexualidade da mulher é a primeira forma de limitação de sua potencialidade. Apoiando-se no dado biológico, a cultura enfatiza e supervaloriza a função de

reprodução, que passa a se confundir com a própria essência do "ser mulher".

A segurança da paternidade depende do controle da atividade sexual da mulher. Este controle se atualiza em tabus e proibições sexuais que cercam o corpo feminino, impregnando a experiência concreta de vida da mulher. Sua referência, seu modelo, não é a liberdade, e sim a contenção. Em nome da "honra" da mulher estabelece-se um duplo modelo de moral, pelo qual se define sua sexualidade através da limitação, enquanto que a do homem é definida pelo desempenho. A virgindade, a castidade, a passividade sexual, a carga de tabus e preconceitos, constituem os principais elementos socializadores da sexualidade feminina. Vê-se esta ainda submetida a orientações governamentais, que decidem sobre o corpo da mulher, restringindo ou expandindo a sua reprodução através de políticas demográficas. Assim, durante o nazi-fascismo incentivou-se a função procriadora da mulher, que deveria "dar muitos filhos à pátria". Da mesma forma, manipula-se seu corpo com campanhas de contracepção, quando a política econômica assim o exige.

O movimento feminista denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetido, tanto aquela que se atualiza na agressão física — espancamentos, estupro, assassinatos — quanto a que o coisifica enquanto objeto de consumo. Denuncia da mesma forma a violência simbólica

que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Reivindica a autodeterminação quanto ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção. Reivindica, também, o direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros, masculinos e femininos. Propõe, principalmente, que o exercício da sexualidade se desvincule da função biológica de reprodução, exigindo dessa forma o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade. Neste sentido, advoga o aborto livre, e a ruptura com os moldes tradicionais em que o desempenho sexual da mulher vem sendo encerrado. A proposta do movimento feminista não é a utilização do aborto como método contraceptivo, e sim como último recurso ao qual as mulheres devem ter seu direito assegurado, no sentido de garantir que a maternidade seja o resultado de uma opção consciente e não de uma fatalidade biológica.

Saúde

Diretamente relacionado à questão da colocação da mulher como sujeito de sua sexualidade, o movimento feminista voltou-se para o campo da saúde, onde propõe uma reapropriação do conhecimento do corpo. O desconhecimento da mulher sobre seu corpo gera uma alienação, uma perda da capacidade de controle sobre suas

funções, tais como a menstruação, a reprodução, as relações sexuais, o controle da natalidade, a menopausa, etc.

Pioneiro neste sentido foi o trabalho realizado em 1971 por um Coletivo de Mulheres de Boston, intitulado *Nossos Corpos, Nós Mesmas*: em linguagem simples e com ilustrações didáticas, fornece informações a respeito da anatomia e da fisiologia da mulher. Trata também do controle da natalidade, do aborto, da gravidez, parto e pós-parto, da menopausa, de doenças venéreas. O livro traz, ainda, depoimentos de mulheres a respeito da vivência de sua sexualidade: relações hetero e homossexuais, bem como sobre os diversos aspectos da maternidade.

Esta frente de luta tem-se concretizado não apenas através de publicações diversas, voltadas a compartilhar com a mulher este saber, mas também pela criação de clínicas de saúde e grupos de auto-ajuda, em que a mulher é informada e mobilizada para participar dos aspectos relacionados a seu corpo, à sua saúde.

Ideologia

Circunscrevendo a sexualidade feminina e determinando uma posição social inferiorizada para a mulher, existe todo um conjunto de idéias, de imagens, de crenças, que legitima, perpetua e

reproduz a hierarquização de papéis sexuais. Mascara, dessa forma, o seu conteúdo cultural em nome de aspectos naturais que se fundamentam na biologia.

O movimento feminista vem travando uma luta no sentido de denunciar os conceitos de "masculino" e "feminino" na sua oposição de "superior" e "inferior". Esta hierarquização entre o masculino — "superior" — e o feminino — "inferior" — é uma construção ideológica e não o reflexo da diferenciação biológica. Esta diferenciação não implica em desigualdade.

A mesma ideologia que interdita o exercício da sexualidade feminina, restringe as potencialidades do desenvolvimento da mulher, colocando-a, na prática, numa posição desigual frente ao homem. Essa ideologia é transmitida, desde muito cedo, pela família, escola, meios de comunicação, religião, literatura e outros agentes socializadores.

O movimento feminista procura, portanto, através de uma nova ação pedagógica, demonstrar como os livros didáticos reproduzem a imagem tradicional da mulher e confirmam a diferenciação de papéis tanto no lar quanto na esfera profissional: a mulher costura ou cozinha ou varre, o homem lê o jornal; a mulher é enfermeira ou secretária, o homem, médico ou executivo. Demonstrar como as histórias infantis também reproduzem os papéis diferenciados: a mulher é passiva, espera que o homem, ativo, a "salve";

é passivamente dada em casamento como prêmio, sem que se cogite de sua vontade. Demonstrar como a publicidade reforça esta divisão sexual dos papéis sociais, além de manipular o corpo da mulher enquanto objeto de consumo. O que se procura, em suma, é denunciar, desvendar e transformar a construção social da imagem da mulher.

A própria mulher desenvolve um papel importantíssimo, enquanto mãe e professora, na transmissão desses valores tradicionais e, portanto, na sua perpetuação. Dessa forma, a superação do machismo na educação tem sido uma das principais metas do movimento feminista,

Formação profissional e mercado de trabalho

Não é tão-somente na circunscrição ao âmbito doméstico que se atualiza a ideologia da feminilidade. Ela ultrapassa a porta da casa e se verifica também no tipo de formação e de atividade profissional da mulher. Demarca assim espaços femininos e masculinos no mundo externo. Determinadas carreiras ou funções seriam próprias à mulher, na medida em que se adequariam à sua "natureza". No Brasil, por exemplo, o trabalho profissional da mulher concentra-se, majoritariamente, no setor de prestação de serviços. Quer seja como empregada doméstica, onde ela substitui outra mulher nas tarefas que seriam específicas ao

seu sexo, quer seja nos serviços de escritório, no magistério, na enfermagem, ela cuida, serve, atende, ensina. Também na atividade fabril, ela exerce frequentemente tarefas que exigem maior paciência, minúcia, imobilidade, sacrifícios que supostamente seriam melhor suportados pela mulher, tendo em vista suas "qualidades intrínsecas". Um exemplo é a grande utilização da mão-de-obra feminina na indústria eletrônica, nas tarefas de maior precisão. A esta demarcação de funções corresponde uma desvalorização de tarefas e uma diferenciação de níveis salariais entre homens e mulheres. Acrescentem-se ainda os obstáculos que se contrapõem à sua ascensão profissional, resultando na ausência quase completa de mulheres exercendo cargos de chefia, quaisquer que sejam as esferas de atividade.

Diante desse quadro, o movimento feminista tem colocado como bandeiras de luta: para funções iguais, salários e direitos iguais; igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à ascensão e aprimoramento profissional. Todas essas bandeiras são parte do processo de conscientização da mulher de seu próprio valor e da necessidade de que ela se coloque como agente da sua liberação.

Neste momento de busca e de transformação, em que os papéis sociais-sexuais não estão ainda reformulados, as mulheres se vêem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir, assumindo com o homem o sustento da família, mas

não partilhando com ele os encargos domésticos. É verdade que já se vêem tentativas individuais de estabelecimento de uma nova relação homem-mulher, mas estas experiências são ainda isoladas, não constituindo uma prática social generalizada. Neste sentido, a luta estende-se também para a superação da "dupla jornada de trabalho", que obriga a mulher a acumular os encargos profissionais e os de dona-de-casa. Reivindica-se, assim, basicamente, a divisão com o homem dos encargos domésticos; a criação de creches nos locais de moradia e de trabalho, e de serviços públicos que facilitem a realização destas tarefas.

No que se refere ao trabalho doméstico, uma série de estudos vêm colocando em questão as análises tradicionais que afirmam ser o trabalho realizado na esfera doméstica não produtor de valor social.

Grupos de reflexão

O movimento feminista atual trouxe ainda uma nova tática de luta, surgida da própria especificidade do movimento de mulheres. São os chamados "grupos de reflexão" ou de "auto-consciência", grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Esta tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas socie-

dades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres. A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista. Partilhando com outras suas vivências, a mulher reconhece a sua força e conscientiza-se da dimensão política de sua vida particular. A definição da esfera doméstica como âmbito específico do feminino e como espaço "não político", passa a ser questionada. Desmistifica-se a diferenciação entre o público e o privado, o político e o individual. Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação.

Seguindo os passos pioneiros de Simone de Beauvoir, são publicadas nestas duas últimas décadas inúmeras obras feministas que analisam a especificidade da opressão da mulher, denunciando a totalidade e a generalidade da assimetria sexual para além das diferenças de classe, raça,

cultura, geração.

É necessário esclarecer que esta perspectiva não implica em negar a relevância de tais características na conformação do comportamento e da visão de mundo dos indivíduos. O que ela enfatiza é que a discriminação de sexo, mesmo que verificando-se diferentemente segundo a classe social, a raça, a cultura, ou a geração, é uma constante que se sobrepõe e perpassa estas determinantes.

Grupos organizados

A partir da década de 60 multiplicaram-se os grupos organizados, que congregam as atividades do movimento feminista em torno de pontos comuns de ação. Tais grupos surgiram inicialmente nos Estados Unidos, e em seguida na Europa. Estas organizações, que muitas vezes divergem quanto ao enfoque teórico do feminismo, têm, em comum, o fato de se colocarem de forma autônoma frente aos partidos políticos. Isto porque a luta da mulher tem um cunho específico que ultrapassa os limites das diferentes correntes políticas. O que não implica, no entanto, que o movimento feminista não atue ao lado daqueles partidos que também denunciam as desigualdades sociais e se propõem a superá-las. O movimento feminista trouxe para o interior dos partidos

políticos a questão da mulher.

Nestas duas décadas de intensa atuação o feminismo alcançou o *status* de um movimento de massas. Formando uma consciência a respeito da importância da transformação da condição da mulher, legitimou, desta forma, o debate em torno da questão, antes relegado a um plano marginal, tanto a nível do político quanto do científico.

Algumas conquistas foram alcançadas. Sem pretender fazer um balanço completo, pode-se destacar a legalização do direito ao aborto nos Estados Unidos e vários países europeus; o estabelecimento de uma proporção mínima de mulheres em cargos do funcionalismo público e universidades nos Estados Unidos; a proliferação de departamentos de ensino e pesquisa universitários voltados para o estudo da condição da mulher.

Uma experiência importante desse movimento tem sido a de concretizar a solidariedade entre as mulheres através da formação de centros de apoio, que adquirem as mais variadas feições, baseados fundamentalmente no trabalho voluntário. Multiplicam-se, desta forma, espaços culturais — livrarias, editoras, cursos, exposições de arte, simpósios, congressos, etc. — que buscam a divulgação e o intercâmbio da produção feminina em seus vários aspectos. Criaram-se também *Casas da Mulher*, onde se desenvolve um trabalho de apoio (jurídico, médico, psicológico, cultural)

e de conscientização; *clínicas de saúde*, onde a mulher encontra um atendimento ginecológico e obstetrício voltado para a aquisição de um conhecimento de sua biologia, de sua sexualidade; *centros de socorro* (SOS-Violência) onde a mulher, vítima de violência física, encontra um suporte imediato.

Nestas duas décadas houve uma significativa expansão da literatura científica e de ficção a respeito da mulher. Multiplicaram-se os jornais e revistas, panfletos e outras publicações feministas.

Para a grande parte das sociedades ocidentais o movimento feminista constitui hoje uma realidade e uma inegável força política.

Entretanto, talvez a força maior, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente o seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consigo mesmas.

O feminismo no Brasil

Depois de alcançado o direito ao voto, em 1932, houve também no Brasil um período de refluxo do movimento de mulheres, não apenas por características intrínsecas a este, mas também

pela própria conjuntura política que, a partir de 1937, início do Estado Novo, impediu qualquer tipo de mobilização popular de cunho reivindicatório.

A partir de 1945 a democratização do país incluiu um número significativo de mulheres nas campanhas nacionais, tais como a da anistia, a do petróleo e pela paz mundial. Além disso, as mulheres se mobilizaram também nas Associações de Bairro. Estas atividades não tinham no entanto um cunho propriamente feminista, mas marcavam, de qualquer forma, a presença da mulher na esfera pública.

A partir de 1964, época também de desmobilização pelo golpe militar, não há espaço para a organização de movimentos populares. Algumas mulheres, no entanto, participam dos movimentos organizados de oposição ao regime, bem como das manifestações e atos públicos. É, entretanto, num movimento específico — a luta pela anistia — que sua presença na esfera pública é mais significativa. Em 1975 foi fundado em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, que liga sua origem a movimento semelhante de 1945, e que primeiro levantou esta bandeira após 1964. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, é promovida no Rio de Janeiro, por um grupo de mulheres, com apoio da ONU e da ABI, uma semana de debates sobre a condição feminina. Deste encontro foi fundado, neste mesmo ano, o *Centro da Mulher*

e de conscientização; *clínicas de saúde*, onde a mulher encontra um atendimento ginecológico e obstetrício voltado para a aquisição de um conhecimento de sua biologia, de sua sexualidade; *centros de socorro* (SOS-Violência) onde a mulher, vítima de violência física, encontra um suporte imediato.

Nestas duas décadas houve uma significativa expansão da literatura científica e de ficção a respeito da mulher. Multiplicaram-se os jornais e revistas, panfletos e outras publicações feministas.

Para a grande parte das sociedades ocidentais o movimento feminista constitui hoje uma realidade e uma inegável força política.

Entretanto, talvez a força maior, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente o seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consigo mesmas.

O feminismo no Brasil

Depois de alcançado o direito ao voto, em 1932, houve também no Brasil um período de refluxo do movimento de mulheres, não apenas por características intrínsecas a este, mas também

pela própria conjuntura política que, a partir de 1937, início do Estado Novo, impediu qualquer tipo de mobilização popular de cunho reivindicatório.

A partir de 1945 a democratização do país incluiu um número significativo de mulheres nas campanhas nacionais, tais como a da anistia, a do petróleo e pela paz mundial. Além disso, as mulheres se mobilizaram também nas Associações de Bairro. Estas atividades não tinham no entanto um cunho propriamente feminista, mas marcavam, de qualquer forma, a presença da mulher na esfera pública.

A partir de 1964, época também de desmobilização pelo golpe militar, não há espaço para a organização de movimentos populares. Algumas mulheres, no entanto, participam dos movimentos organizados de oposição ao regime, bem como das manifestações e atos públicos. É, entretanto, num movimento específico — a luta pela anistia — que sua presença na esfera pública é mais significativa. Em 1975 foi fundado em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, que liga sua origem a movimento semelhante de 1945, e que primeiro levantou esta bandeira após 1964. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, é promovida no Rio de Janeiro, por um grupo de mulheres, com apoio da ONU e da ABI, uma semana de debates sobre a condição feminina. Deste encontro foi fundado, neste mesmo ano, o *Centro da Mulher*

Brasileira, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que constitui um marco no sentido de se propor a atuar enquanto organização especificamente feminista. Pouco depois, são editados dois jornais feministas: *Brasil-Mulher* (Londrina e posteriormente São Paulo) e *Nós Mulheres* (São Paulo). São também formados nesse momento grupos de reflexão.

Nestes primeiros anos o avanço do feminismo foi lento e acompanhou a luta pela ampliação do espaço democrático no País. No final da década de 70 o feminismo, enquanto movimento organizado, expande-se consideravelmente, pela criação de novos núcleos em outros Estados, pelo surgimento de diversos grupos com enfoques e formas diferentes de atuação. Nos anos de 1980 e 1981 inúmeros grupos foram formados por todo o Brasil, o que demonstra a vitalidade deste movimento. Surge em São Paulo o *Mulherio*, jornal que vem preencher a lacuna deixada pela suspensão da publicação do *Nós Mulheres* e do *Brasil-Mulher*. Os grupos dedicam-se às mais variadas tarefas: reflexão; publicação de folhetos sobre sexualidade, direitos da mulher, saúde; pesquisas; grupos de estudos; cinema; teatro; SOS contra a violência; Casa da Mulher, etc...

À semelhança do ocorrido nos Estados Unidos e Europa, também aqui os grupos feministas se colocam como organizações autônomas, isto é, sem vinculação formal com qualquer partido

político.

Apesar de ainda não terem sido alcançadas mudanças — seja na estrutura jurídica (no Brasil, o Código Civil de 1916, inspirado no Direito Romano, identificava o *status* civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados — tornando-a portanto civilmente incapaz. Esta legislação esteve em vigor até 1962, quando foi revogada pela Lei 4121/62): modificação da condição subordinada da mulher casada, legalização do aborto, e outras; seja na criação de infra-estrutura social de apoio à mãe e à criança; creches, escolas, saúde; seja quanto aos direitos da mulher que trabalha: profissionalização, igualdade salarial, acesso a cargos de responsabilidade — o movimento feminista tem-se mobilizado em torno destas questões, trazendo a público este debate e denunciando a condição inferiorizada da mulher.

Uma das frentes de luta do feminismo no Brasil tem sido também a denúncia da desvalorização da mulher, manifesta nas mais variadas expressões da nossa cultura. A violência física de que é vítima frequente a mulher atualiza da forma mais evidente esta desvalorização. Assim, em todo o País, mulheres vêm-se organizando em grupos de denúncia a tais violências e de apoio às suas vítimas. Têm sido fundadas, em diversos Estados, Casas da Mulher e SOS-Violência, bem como grupos que desenvolvem trabalhos

ligados à preparação para o parto, centros de cultura, etc.

Nos últimos anos ocorreu um recrudescimento da pesquisa sobre a condição da mulher, com a publicação de livros, artigos e revistas a este respeito.

Com a ampliação do espaço democrático surgem novas esferas de atuação. Embora sem um cunho especificamente feminista, não se pode deixar de mencionar a participação da mulher em Associações de Bairro, de Donas-de-Casa, Clubes de Mães, etc., que marca a presença feminina na esfera pública e significa uma conscientização para seus problemas específicos e suas potencialidades.

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

- Sullerot, Évelyne, *A Mulher no Trabalho*, Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1970.

A autora traça uma história do trabalho da mulher, da Antiguidade até a época atual. Trata-se de obra voltada para as lutas, conquistas e derrotas da mulher no mercado de trabalho.

- Moreira Alves, Branca, *Ideologia e Feminismo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

O livro retrata a história do movimento sufragista nos Estados Unidos e no Brasil, comparando a ideologia do sufrágio e do feminismo atual.

- Rosaldo, Michelle, Z. e Lamphere, Louise, *Mulher, Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

Trata-se de uma coletânea de textos antropológicos onde, tanto através de resultados de pesquisas de campo quanto de análises de aportes teóricos da antropologia e da sociologia, é discutida a categoria

mulher em seus vários desdobramentos: sexualidade, trabalho, poder.

Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, nº 15, São Paulo, dezembro de 1975.

Número especial sobre a mulher, dedicado a discussões sobre educação, e trabalho.

• Saffioti, Heleieth, *Emprego Doméstico e Capitalismo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.

Através de uma pesquisa realizada em Araraquara, São Paulo, a autora analisa a condição sócio-econômica e a ideologia da empregada doméstica e da dona-de-casa.

Fundação Carlos Chagas, *Vivência*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

Coletânea de textos que abordam questões relativas à condição da mulher nos meios de comunicação, na sexualidade, na história do Brasil. . .

• Belotti, Elena, *Educar para a Submissão: O Descondicionamento da Mulher*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.

A autora analisa o papel da educação na conformação da identidade social de meninos e meninas.

• Grupo CERES, *Espelho de Vênus*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

A primeira parte do livro apresenta depoimentos de mulheres de diferentes idades e níveis sócio-econômicos sobre etapas marcantes do ciclo de vida da mulher: menstruação, defloração, gravidez, parto, menopausa. A segunda parte consiste em uma análise destes depoimentos.

• Maria Valeria Junho Pena: *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981.

A autora analisa a dinâmica da mão-de-obra feminina no sistema fabril desde a sua constituição, no final do século XIX até a década de 1950. Articula esta dinâmica não só à lógica do capitalismo industrial mas também ao patriarcalismo.

"A coleção PRIMEIROS PASSOS aborda temas polêmicos, que permitem diferentes posições e interpretações. Os textos de PRIMEIROS PASSOS são, assim, expressão das idéias dos intelectuais que os assinam, como convites à reflexão, à concordância ou à discordância. Mas sempre enriquecem e explicam."

